

O CONTROVERSO ENTENDIMENTO DE HANNAH ARENDT SOBRE RACISMO: EXPERIÊNCIA E POSIÇÃO

HANNAH ARENDT'S CONTROVERSIAL UNDERSTANDING OF RACISM: EXPERIENCE AND POSITION

**Miriã de Moura Carvalho Marques¹
Cristiane Menna Barreto Azambuja²**

RESUMO: Em 1954, a Suprema Corte deliberou pela integração de brancos e negros nas escolas. Em 1959, a partir de uma de uma fotografia, que estampava uma menina negra saindo de uma escola recém-integrada em Little Rock, Hannah Arendt manifestou-se em um ensaio. Suas colocações foram criticadas pelo movimento negro estadunidense, pois foram perceptíveis ponderações controversas à dessegregação racial. Ela própria admitiu seu equívoco, anos depois, quando afirmou não ter compreendido o ideal de sacrifício dos negros. Este trabalho objetiva aprofundar as noções que fundamentaram um posicionamento arendtiano tão categórico sobre o racismo, considerando, essencialmente, as experiências prévias de Arendt como fatores relevantes. Com a pesquisa, pretende-se responder a questão: como as vivências de Arendt influenciaram seu entendimento sobre o preconceito racial estadunidense e seu ensaio intitulado “Reflexões sobre Little Rock”? Para tanto, o método de abordagem será o indutivo, partindo-se da análise do texto para compreender a perspectiva arendtiana sobre o racismo. O método de procedimento será o monográfico, para que se investigue o tema em profundidade. Enfatiza-se que o trabalho em questão revela-se como valioso para a área do Direito e das Humanidades, abrangendo um tema fundamental (o racismo) à sociedade preocupada em proporcionar a igualdade material a todos.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Hannah Arendt; dessegregação educacional; Little Rock.

ABSTRACT: In 1954, the Supreme Court ruled for the integration of whites and blacks in schools. In 1959, from one of a photograph, which showed a black girl leaving a newly integrated school in Little Rock, Hannah Arendt manifested herself in an essay. His statements were criticized by the American black movement, as there were noticeable controversial considerations to racial desegregation. She herself admitted her mistake, years later, when she claimed not to have understood the ideal of black sacrifice. This work aims to deepen the notions that underpinned such a categorical Arendtian position on racism, essentially considering Arendt's previous experiences as relevant factors. With the research, we intend to answer the question: how Arendt's experiences influenced her understanding of American racial prejudice and her essay entitled “Reflections on Little Rock”? Therefore, the approach method will be the inductive one, starting from the text analysis to understand the Arendtian perspective on racism. The method of procedure will be the monographic one, so that the subject can be investigated in depth. It is emphasized that the work on screen reveals itself as valuable for the area of Law and Humanities, covering a fundamental theme (racism) to society concerned with providing material equality to all.

KEYWORDS: Racism; Hannah Arendt; educational desegregation; Little Rock.

¹Acadêmica do 3º semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8316747997296415>. miriamouramarques@gmail.com

²Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Câmpus de São Luiz Gonzaga, Rio Grande do Sul, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9377882274460542>. cristianeazambuja@saoluiz.uri.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A história dos Estados Unidos é marcada pela luta. Das colônias, dos representantes do povo e, principalmente, das pessoas. Um grupo, considerado uma minoria social, chama a atenção pelo seu empenho em conquistar os direitos civis em um país, que era considerado um modelo de liberdade e de direito garantido, desde 1787. Claramente, discorre-se sobre os negros. Estes que suportaram e, infelizmente, ainda suportam o racismo em suas diversas formas.

O presente artigo traz à discussão a decisão da Suprema Corte de 1950, em implantar o sistema de integração educacional entre brancos e negros e suas implicações. Por muito tempo, a segregação foi regra nos estados do Sul: em ônibus, bancos, escolas. Isso caracterizava uma violação à liberdade e à igualdade há muito tempo garantidas pela Constituição.

Assim, era inadmissível que as escolas continuassem palco de contínuas transgressões de direitos. Entretanto, quando foi deliberada a integração e efetivada nas escolas, especificamente na escola de Little Rock (Arkansas), sucederam eventos que revelaram a intolerância, os olhares tortos, a falta de respeito e o constrangimento. É possível destacar determinada foto, tirada em 1957, que mostrava uma menina negra saindo de um liceu que passava pelo processo de dessegregação. Na imagem, a qual repercutiu em jornais, a menina era amparada por um homem branco. Em volta, outros garotos e garotas a cercavam.

Tal conjuntura ocasionou manifestações diversas. Uma delas é o ensaio de Hannah Arendt denominado “Reflexões sobre Little Rock”, considerado polêmico e controverso. Houve críticas quanto à inadequação da decisão da Suprema Corte. A partir deste artigo, pretende-se investigar as nuances que levaram essa teórica política a posicionar-se dessa maneira, ponderando igualmente as experiências prévias de Hannah Arendt.

Desse modo, com a pesquisa objetiva-se responder a seguinte questão: como as vivências de Hannah Arendt influenciaram seu entendimento sobre opreconceito racial estadunidense e, por consequência, seu ensaio intitulado “Reflexões sobre Little Rock”? Para que isso se concretize, o método de abordagem utilizado será o indutivo, partindo-se da análise do referido ensaio para compreender o posicionamento de Hannah Arendt sobre o racismo.

O método de procedimento, por sua vez, será o monográfico, no intento de investigar o tema em profundidade, em diferentes ângulos, aspectos e peculiaridades. Destarte, tem-se que o trabalho em tela se revela como de grande valor para a área do Direito e das Humanidades, pois abarca a concepção arendtiana de um dos temas essenciais ao corpo social preocupado em proporcionar a dignidade e a igualdade material a todos, a saber, o racismo.

2 O PROCESSO DE DESSEGREGAÇÃO EDUCACIONAL ESTADUNIDENSE E AS REFLEXÕES SOBRE LITTLE ROCK

Em um primeiro momento, é relevante compreender a história social, política e jurídica que permeava a vida dos estadunidenses no que se refere à questão racial desde sua formação. De maneira geral, a colonização desta região da América do Norte começou no século XVI, com a permissão da Rainha Elizabeth I. Foram formadas, então, as 13 Colônias, ao longo dos séculos XVII e XVIII (Karnal *et al.*, 2007).

Destaca-se que as chamadas Colônias do Norte eram voltadas à policultura e não se subordinavam integralmente à Metrópole (Inglaterra). O mercado interno era, assim, favorecido e uma relativa liberdade era perceptível. Entretanto, a conjuntura das Colônias do Sul não apresentava tais características, em razão de seu clima propício aos interesses exploratórios da Inglaterra. O cultivo do tabaco, por exemplo, exigiu, em pouco tempo, o uso de mão de obra escrava (Karnal *et al.*, 2007).

Em relação à escravatura, já em 1619 o primeiro navio com escravos negros aportava à chamada Virgínia (nome inicialmente concedido à região explorada). Em dois séculos, a utilização de pessoas negras (em todas as colônias) como mão de obra e como mercadoria a ser vendida aumentou. As normativas jurídicas que desprezavam e negavam qualquer tipo de dignidade humana aos escravos foram formas que legitimavam tal sistema colonial (Karnal *et al.*, 2007).

Cabe salientar que tal transformação de pessoa em mercadoria provinha de “justificações” diversas. Ademais, é inegável a forma cruel com que europeus e colonizadores tratavam os negros, retirando-os de sua terra e transportando-os para o outro lado do oceano (Caldeira, 1994).

É mister enfatizar, igualmente, que a Independência das 13 Colônias, que se daria em 1776, era consideravelmente mais desejada pelas Colônias do Norte. O Sul apresentava certa resistência à separação, e um dos motivos era o receio de que a ideia de liberdade (oriunda

principalmente do pensamento iluminista) fosse estendida aos negros. Em 2 de julho do supracitado ano, embora a hesitação do Sul existisse, o Congresso da Filadelfia decidiu pela separação e deixou determinada a feitura da Declaração da Independência, pronta em 4 de julho. Este fato não modificou substancialmente a vida dos escravos negros (Karnal *et al.*, 2007).

Outrossim, Thomas Jefferson (1743-1826), um dos autores da Declaração, apesar de odiar a escravatura, ainda assim considerava a diferença e a inferioridade dos negros como uma verdade (Caldeira, 1994). Proprietário de escravos, Jefferson tinha reservas no que tangia à permanência dos negros na América, sendo eles integrados na sociedade. Ele temia que os preconceitos, tão profundos nos brancos, e o rancor acumulado pelos negros levassem a uma insurreição generalizada, podendo provocar o extermínio de uma das partes (Caldeira, 1994).

A partir do século XIX, os movimentos antiescravistas foram mobilizados, principalmente no Norte. Compreende-se que, ao Sul, a escravidão era qualificada ainda como “imprescindível”, em razão da economia e produção de tabaco e algodão. Tal região desejava a expansão do sistema escravista. Por outro lado, o Norte almejava terras livres. Mesmo unidos em outras causas comuns, este ponto ocasionou conflitos, batalhas e diversos debates entre as duas regiões, com destaque para a Guerra de Secessão (Karnal *et al.*, 2007).

Apenas em 1863, durante a Guerra Civil, Abraham Lincoln proclamaria a Lei de Emancipação dos escravos. Em 1865, a Décima Terceira Emenda da Constituição norte-americana proibiu a escravidão em todo o território nacional. Entretanto, é importante pontuar que, já durante a década de 1870, leis de segregação racial ascendiam nos estados sulistas. As famigeradas leis “Jim Crow” (Karnal *et al.*, 2007).

Estas foram traduzidas na ideia de “separados, mas iguais”. Nesse sentido, casamentos inter-raciais foram proibidos, houve afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. Ademais, a partir de 1885, instituições de ensino passaram a serem divididas conforme a cor. A referida conjuntura só seria modificada pela Suprema Corte nas décadas de 1950 e 1960 (Karnal *et al.*, 2007).

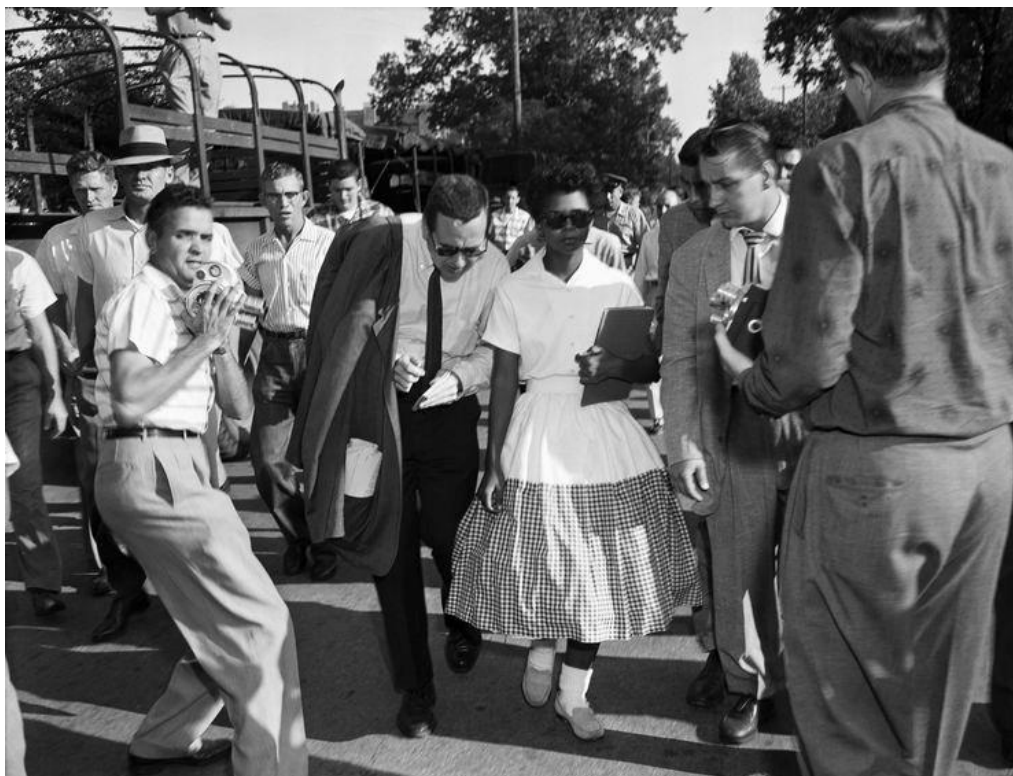
Finalmente, depois de delimitadas as peculiaridades históricas inerentes aos Estados Unidos no que se refere à questão racial, chega-se ao momento que originou o ensaio “Reflexões sobre Little Rock”. Em uma cidade do Arkansas chamada Little Rock, em 1957, uma menina negra foi fotografada saindo de uma escola recém-integrada (Little Rock Central High School), sendo observada pelos olhares aparentemente reprovativos, constrangedores e preconceituosos de jovens brancos.

Ela foi “escoltada” por um amigo branco de seu pai. Na foto, Elizabeth Ann Eckford (a menina) estava de óculos escuros, com um vestido branco e com um caderno nas mãos. Além disso, mantinha a cabeça erguida. Possuía 15 anos à época do fato. Ademais, Elizabeth fazia parte do grupo afro-americano “Little Rock Nine”. Os nove jovens integrantes deste grupo foram os primeiros a participarem do processo de dessegregação educacional, decorrente da decisão da Suprema Corte no caso *Brown vs. Board of Education of Topeka*, que declarou ser inconstitucional a separação racial nas instituições de ensino (Kluger, 2004).

Hannah Arendt, uma das teóricas políticas mais relevantes do século XX e uma judia que fugiu do holocausto e do nazismo, ao entrar em contato com a fotografia referida em jornais, expressou seus pensamentos por meio do ensaio “Reflexões sobre Little Rock”, em 1959. Na ocasião, foi apontada como “antipática e até mesmo insensível” (Young-Bruehl, 1997, p. 278) com as causas da dessegregação.

Segue anexa a fotografia, que enseja o começo do ensaio arendtiano:

Foto 1: Elizabeth Eckford é escoltada ao sair da escola



Fonte: Arendt (2004, p. 260).

A exposição de suas ponderações foi polêmica desde o início. Conforme Gines (2014), a autora não publicou seu texto na data desejada, uma vez que discordou da posição da revista sobre o racismo e a segregação. Segundo Norman Podhoretz (1999, p. 146-147) “[...] o ensaio de Arendt foi considerado tão controverso que o Commentary não quis publicá-lo”. Arendt acabou retirando seu texto da revista e o direcionou à publicação para a revista Dissent, deixando estas ressalvas quanto ao que seria manifestado.

Já em sua introdução, Arendt afirma o que faria se fosse uma mãe negra, considerando o contexto da ordem do tribunal federal.

A minha primeira pergunta foi: o que eu faria, se fosse uma mãe negra?
Resposta: em nenhuma circunstância exporia meu filho a condições que dariam a impressão de querer forçar a sua entrada num grupo em que não era desejado. Psicologicamente, a situação de não ser desejado (uma situação embaraçosa tipicamente social) é mais difícil de suportar do que a franca perseguição (uma situação política embaraçosa) [...] (Arendt, 2004, p. 261)

Em seguida, Arendt colocou-se na posição de uma pessoa negra e considerou que, ao ser iniciada a dessegregação nas escolas, as crianças passaram a ter uma carga de responsabilidade que deveria ser dos adultos. Assim, estabeleceu que a questão real não era a da educação, mas o conjunto de leis segregacionistas que impediam a igualdade. Ainda, a teórica política questionou-se o que faria se fosse uma mãe branca no Sul (Arendt, 2004).

A minha segunda pergunta foi: o que eu faria, se fosse uma mãe branca no Sul? Novamente tentaria impedir que meu filho fosse arrastado para uma batalha política no pátio da escola. Além disso, sentiria ser necessário o meu consentimento para quaisquer mudanças drásticas não importando qual fosse a minha opinião a esse respeito. Concordaria que o governo tem uma participação na educação de meu filho na medida em que essa criança deve crescer e se tornar cidadã, mas negaria que o governo tenha o direito de me dizer em que companhia o meu filho deva receber a sua instrução (Arendt, 2004, p. 263).

Nesta mesma linha de raciocínio e a partir de tais questionamentos, Arendt ratificou que o precípua problema não seria resolvido inicialmente pela integração das escolas, mas sim pelo fim das leis segregacionistas impostas pelo Sul (principalmente pelo fim da lei que proibia casamentos inter-raciais, além de ser importante a efetivação do exercício ao voto a

todos). Conforme a pensadora, “não é a discriminação e a segregação social, qualquer que seja a forma em que se apresentarem, mas a legislação racial que constitui a perpetuação do crime original na história deste país” (Arendt, 2004, p. 265).

Kathryn T. Gines (2014), em sua obra “Hannah Arendt and the Negro Question”, discorda de Arendt dizendo que “[...] Arendt não situa e analisa a questão da cor em um contexto político e histórico. Em vez disso, ela escolhe caracterizar a segregação, especialmente na educação, como uma questão social” (Gines, 2014, p. 14).

Outro trecho relevante do ensaio arendtiano revela a posição de Hannah quanto à igualdade almejada pela população negra, apontando que a situação estaria imbuída de periculosidade.

É, portanto, perfeitamente possível que a realização da igualdade social, econômica e educacional para o negro talvez torne mais agudo o problema da cor neste país em lugar de amenizá-lo. Isso certamente não tem de acontecer, mas seria apenas natural que ocorresse, e muito surpreendente se não se passasse. Ainda não atingimos esse ponto de perigo, mas o atingiremos no futuro previsível, e já ocorreram vários desenvolvimentos que claramente apontam nessa direção (Arendt, 2004, p. 268-269)

Entende-se que as críticas direcionadas à Arendt não foram infundadas. Isso porque, ao afirmar que o problema da discriminação em suas diversas manifestações provinha exclusivamente da legislação, Arendt desconsiderou o racismo estrutural e cultural, dando espaço para as manifestações preconceituosas. Ademais, ela “foi criticada por sua ‘cegueira’ ao significado sociopolítico da raça e do racismo no Ocidente” (Burroughs, 2015, p. 52).

Em mais uma de suas reflexões, Arendt ratificou sua indignação com o processo de dessegregação ter começado nas escolas, o que, segundo a autora, provocou humilhação e sobrecarga.

Entretanto, a parte mais surpreendente de toda a história foi a decisão federal de iniciar o processo de integração, dentre todos os lugares, nas escolas públicas. Certamente não havia necessidade de muita imaginação para ver que isso sobrecarregaria as crianças, brancas e pretas, com a elaboração de um problema que os adultos por gerações se confessaram incapazes de resolver. Acho que ninguém vai achar fácil esquecer a fotografia reproduzida nos jornais e nas revistas em todo o país, mostrando uma menina negra, acompanhada por um amigo branco de seu pai, saindo da escola, perseguida e seguida numa proximidade corporal por uma turba de jovens a zombar e fazer caretas (Arendt, 2004, p. 271).

Ao final do ensaio, Arendt realizou colocações sobre os direitos políticos (limitando-os ao direito de votar e ser eleito) e sociais, o domínio público e as esferas sociais e políticas, relacionando-as à segregação e à discriminação. Nesse sentido, a teórica aponta que “de qualquer modo, a discriminação é um direito social tão indispensável quanto a igualdade é um direito político” (Arendt, 2004, p. 274). Ainda, explanou que o problema da discriminação é quando esta passa para a esfera política e pessoal e não permanece confinada na esfera social (o que, pelas palavras arendtianas, caracterizaria legitimidade).

Em uma de suas eminentes obras, “Da Violência” (1969), Arendt estabeleceu outros juízos reprovativos no que se referia aos movimentos negros das décadas de 1950 e 1960 e a luta por direitos a partir de reações físicas (especificamente, a violência) (Arendt, 1969, p. 14). Assim, foi classificada como conservadora por Ayça Çubukçu (2021, s/p) e diversos pensadores.

Hannah Arendt era conservadora em mais de uma maneira. Ela valorizou o sem precedentes, o inesperado e o novo, ainda em *‘Desobediência Civil’* e outros ensaios elaborados no final dos rebeldes anos 60, lutou para enquadrar esta avaliação com um desejo palpável de lei e ordem. Ela lamentou que a criminalidade tivesse dominado a vida americana, acusou a polícia de não prender criminosos suficientes e acusou ‘a comunidade negra’ de apoiar o que ela chamou de violência negra. Ao mesmo tempo, ela elogiou “os brancos rebeldes” do movimento estudantil nos Estados Unidos por seus atos corajosos de desobediência.

O trecho evidencia que os julgamentos que cercam Arendt sobre suas ponderações ao tratar o racismo e as jornadas negras de luta não se fundamentam apenas no que foi exposto no ensaio de 1959, ocasionando discussões diversas no âmbito acadêmico ainda hoje.

Percebe-se, dessa forma, o controverso entendimento de Hannah Arendt sobre racismo, a partir de “Reflexões sobre Little Rock”. Este foi, como demonstrado, alvo de duras críticas. Tal posição induz ao questionamento dos motivos que levaram uma judia-alemã, a qual fugiu do nazismo e do antissemitismo, a estabelecer o referido entendimento. Para isto, é relevante que suas experiências e vivências sejam consideradas como fatores primordiais, com o fito de investigar como e em que medida suas histórias influenciaram e determinaram sua percepção sobre o racismo.

3 HANNAH ARENDT E O ANTISSEMITISMO

A segunda parte do presente artigo procura entender a vida de uma das teóricas políticas mais eminentes do século XX, a saber, Hannah Arendt. Além disso, pretende apresentar suas conexões com o antissemitismo. Ela apresentou, pode-se considerar, uma posição polêmica e controversa no que se refere ao tema do racismo, em momentos tão conturbados como as décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos, tanto juridicamente como civil e socialmente.

Em primeira análise, enfatiza-se que Arendt (1906-1975) nasceu em 14 de outubro de 1906, em Linden (subúrbio de Hanover), Alemanha. Entretanto, passou parte de seus primeiros anos em Königsberg, também na Alemanha. Foi filha de Paul e Martha Arendt, judeus não praticantes. Durante sua infância, que compreendeu os períodos de Primeira Guerra Mundial e período entreguerras, o antissemitismo (aversão aos judeus) foi perceptível nas falas, nos sinais e nos olhares de outras crianças. (Young-Bruehl,1997).

Nesse sentido, é importante conceituar, de forma mais específica, os contornos do antissemitismo e do racismo. Conforme Sorj (2008, p. 97), “o termo "anti-semitismo" tem sido usado para designar, de forma genérica, as manifestações de hostilidade contra judeus desde os tempos greco-romanos até os dias de hoje”.

Já o racismo pode ser conceituado por meio da definição de Silvio Almeida (2018, p. 22):

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a que pertencam.

Nessa perspectiva, Badinter (2018, s/p) afirma que “a condição dos judeus por dois milênios, especialmente na Europa, nunca deixou de envolver a exclusão, o sofrimento e a perseguição”.O imperador Tito, em 70 d.C, capturou Jerusalém, ocasionando a dispersão dos judeus, principalmente ao longo da bacia do Mediterrâneo. Eles foram vendidos como escravos em grandes quantidades. Além disso, conforme o tempo passou, o antissemitismo assumiu outras formas (Badinter, 2018). Notam-se, claramente, as desvantagens que fizeram parte da trajetória dos judeus.

Com o surgimento das nações modernas, o antissemitismo se tornou essencialmente nacionalista. Os judeus, mesmo quando eram nativos dos países em que viviam, eram sempre estrangeiros e suspeitos. O fato de os judeus terem assumido de forma bastante natural suas responsabilidades,

apesar do ostracismo que lhes era infligido, e de terem ocupado posições eminentes nas esferas política, econômica e financeira, os tornava, face à menor crise nacional, traidores em potencial – sempre a serviço de uma mítica “conspiração judaica internacional” imaginada pelos antissemitas (Badinter, 2018, s/p).

Ademais, diversas foram as situações de perseguição e de morte direcionadas aos judeus, com destaque para o Holocausto. Esta conjuntura, que permeou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e anos precedentes, afetou vidas, famílias e leis. A noção de humanidade dos países foi modificada. Ainda sobre tal temática, cabe a menção ao trecho de Bila Sorj (2007, p. 114-115) em “Anti-semitismo na Europa hoje”.

Islamofobia, racismo, xenofobia e anti-semitismo guardam a mesma estrutura elementar de classificação, apesar dos diferentes temas selecionados pelos seus respectivos discursos. Nela, as individualidades são dissolvidas em nome do conforto que a divisão totalitária entre o “nós” e o “eles” confere aos habitantes de sociedades em constante mudança. Nesse sentido, a forte demanda por reconhecimento das identidades como meio para a promoção do bem comum não é evidente.

Percebe-se, desta maneira, o potencial agressivo e degradante do antissemitismo. Arendt, na condição de judia e de pessoa que foi obrigada a emigrar para salvar-se do nazismo, sentiu diariamente as consequências dessa estrutura de aversão na mente e na pele. Os seus escritos, por certo, manifestaram suas posições sobre os preconceitos contra judeus, como se constata em “Origens do Totalitarismo” (1951), um de seus mais famigerados livros. A parte I desta obra trata justamente do antissemitismo, revelando o interesse e a preocupação da teórica política com as suas raízes identitárias e com o contexto político da época. Outro fator importante que cerca a vida Arendt é o seu envolvimento com o sionismo, pela busca da emancipação judaica (embora conflitos tenham acontecido ao longo de sua trajetória). Nesse sentido, exemplificam-se os interesses de Arendt em seus estudos identitários.

A história do anti-semitismo, como a história do ódio aos judeus, é parte integrante da longa e intrincada história das relações que prevaleciam entre judeus e gentios desde o início da dispersão judaica. O interesse por essa história, praticamente nulo antes dos meados do século XIX, surgiu coincidindo com a eclosão do anti-semitismo, hostil aos judeus emancipados e assimilados (Arendt, 1951, p. 18).

Ainda sobre os contornos do antissemitismo, Carlos Augusto Peixoto Junior (1998) apontou o nazismo como exemplo histórico de um Estado racista fundamentalmente homicida. A partir da obra de Arendt, o autor afirmou:

[...] notamos, como nos mostrou Hannah Arendt, que se a máquina de guerra do nazismo já funcionava muito antes de 1939 era porque Hitler previa que na guerra política o racismo seria um aliado mais forte na conquista de simpatizantes do que qualquer outro agente ou organização social. Evidentemente, os nazistas sabiam muito bem que o melhor meio de propagar suas idéias estava numa política racial, da qual, a despeito de várias outras concessões, nunca chegaram nem mesmo a pensar em se afastar. Embora o racismo não fosse uma arma nova nem secreta, nunca tinha sido usada antes de forma tão meticulosa e coerente na disseminação da morte (Peixoto Junior, 1998, p. 108).

Considerando-se tal posição, entende-se que o antissemitismo é uma faceta do racismo ou ainda uma de suas formas de manifestação. Ou seja, a autora de “Reflexões sobre Little Rock”, severamente criticada por sua contradição em relação ao racismo, vivenciou também os seus efeitos (claramente, não da mesma forma, não no mesmo local e nem no mesmo contexto). Procura-se estabelecer um paralelo, assim, entre a forma como Arendt sentia, internamente e externamente, os efeitos danosos do antissemitismo e a maneira como ela abordou os sentimentos e a experiência da garota adolescente e coagida da foto em Little Rock, consolidando, possivelmente uma influência pessoal no ensaio produzido em 1959.

Nesse sentido, Gines (2014) analisou a situação de Arendt no ambiente escolar e como a educação influía em sua maneira de viver e abordar as conjunturas.

Arendt revela que ela e todas as crianças judias experimentaram o antissemitismo. Ela frequentou uma escola com alunos e professores que faziam comentários antissemitas. Em vez de abrigo nesse ambiente antissemita, sua mãe não a ensinou a humilhar-se ou ceder nesse ambiente hostil (Gines, 2014, p. 19, tradução nossa).

Ao afirmar que a garota estava sendo humilhada, carregando o fardo que deveria ser dos adultos, Arendt pode ter-se visualizado naquele papel. Conforme estabelecido por Zamboni (2019, p. 15), imagina-se que Martha Arendt (mãe de Hannah) “educou a filha para deixar situações sociais em que não era desejada e retornar para casa em seguida. Percebe-se que a figura materna marca Arendt sobre a análise do caso de Little Rock”.

Assim, cabe pontuar que a posição da teórica política, no que tange à decisão da Suprema Corte, que implantou o processo de dessegregação educacional, foi inculcada a partir de suas vivências precedentes, revelando uma perspectiva mais pessoal do que técnica e abrangente. O ideal de sacrifício que a população negra assumiu não foi devidamente compreendido ou valorizado por Arendt, de fato, nem mesmo a relevância do direito e do acesso a uma educação de qualidade a todos, indistintamente.

Nessa perspectiva, Zamboni (2019, p. 16) ainda reitera:

Quando Arendt questiona a decisão do governo de fazer valer os direitos civis onde não há nenhum direito político básico em jogo, ela não consegue entender as formas que o acesso a uma educação pública de qualidade (e ensino superior) impacta outras áreas, que ela vê como propriamente política. Suas classificações errôneas permitem que ela classifique as escolas públicas como instituições sociais, e não como instituições públicas e políticas.

Dessa maneira, possível enfatizar, sob tal noção, o equívoco de Arendt ao tratar sobre o ocorrido na pequena cidade de Little Rock. A sua experiência como judia e também como alvo do racismo antissemita é qualificada, assim, como fator de influência em sua posição assumida no breve ensaio “Reflexões sobre Little Rock”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, entende-se que as vivências, ao se discorrer sobre conceitos e perspectivas de determinado (a) autor (a), são relevantes e, até mesmo, de fundamental importância. Na situação escolhida, é possível perceber a influência do judaísmo e do antissemitismo na vida de Hannah Arendt, quando a própria se manifestou sobre o racismo estadunidense, especificamente no processo de dessegregação educacional. Uma simples foto ocasionou extensas discussões e severas e controversas posições.

Destacam-se, ainda, as peculiaridades que envolveram o ensaio, proporcionando a união da literatura com a decisão judicial (no caso *Brown vs. Board of Education of Topeka*) e com uma situação emblemática. É, de fato, relevante desenvolver no âmbito acadêmico o intercâmbio entre as áreas do conhecimento, bem como promover o estudo do entendimento de autores sobre temas tão essenciais à sociedade, a título de exemplo, o racismo e a

igualdade material. O racismo estadunidense, de forma especial, integrou consideravelmente a densa obra arendtiana.

Por fim, chega-se à perspectiva de que Hannah Arendt, uma das teóricas políticas mais influentes do século XX, posicionou-se de forma categórica e passível de severas críticas no ensaio “Reflexões sobre Little Rock”, ao tratar, a partir da foto de Elizabeth Ann Eckford, do processo de dessegregação nas escolas públicas dos Estados Unidos na década de 1950. Entretanto, não podem ser preteridas as percepções de vida que a própria experienciou ao se analisar tal ensaio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural: feminismos plurais*. São Paulo: Pólen, 2019. 264p.

ARENDR, Hannah. *Da Violência*. 1969. Tradução de Maria Claudia Drummond. 71p.

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 565p.

ARENDR, Hannah. Reflexões sobre Little Rock. In: Responsabilidade e julgamento. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 261-281.

BADINTER, Robert. Antissemitismo: aprendendo as lições da história. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-1/antissemitismo-aprendendo-liceos-da-historia>. Acesso em: 22 dez. 2021.

BURROUGHS, M. D. Hannah Arendt, “Reflections on Little Rock,” and white ignorance. Pensilvânia: Critical Philosophy of Race, v. 3, n. 1, p. 52-78, 2015. 27p.

CALDEIRA, Isabel. A Construção Social e Simbólica do Racismo nos Estados Unidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 39, p. 31-41, maio 1994.

COUNTS, Will. Elizabeth Eckford surrounded by journalists. 1957. 1 fotografia. 3664 x 2817 pixels. Disponível em: <https://www.gettyimages.pt/fotos/elizabeth-eckford-little-rock-nine>. Acesso em 13 fev. 2022.

ÇUBUKÇU, Ayça. Lei e Crítica: sobre Arendt, raça e a transgressão. Tradução de Marcelo Bamonte. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2021/05/07/lei-e-critica-sobre-arendt-raca-e-a-transgressao/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GINES, K. T. *Hannah Arendt and the Negro Question*. Indiana: Indiana University Press, 2014. 194p.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. 286p.

KLUGER, R. *Simple Justice: The history of Brown v. Board of education and black America's struggle for equality*. Nova York: Vintage Books, 2004. 880p.

PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Afeto e discursos racistas. *In: III Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 1998. Anais...* São Paulo: Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental, 1998, p. 108.

PODHORETZ, N. *Ex-Friends: Falling Out with Allen Ginsberg, Lionel and Diana Trilling, Lillian Hellman, Hannah Arendt, and Norman Mailer*. New York: Free Press, 1999. 233p.

SORJ, Bila. Anti-semitismo na Europa hoje. *Novos estudos*, CEBRAP [on-line], n. 79, p. 114-115, jul. 2008.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. 492p.

ZAMBONI, Jésio. Hannah Arendt e a contradição sobre a questão negra. *ECOS, Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 10, n. 1, p. 11-22, 2020.